

# Termo de Referência 13/2024

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
13/2024	929547-CAMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO	JULIA APARECIDA MEIRELES COELHO	30/04/2024 14:15 (v 1.1)
<b>Status</b>	PUBLICADO		

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		11/2024

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços de Engenharia, para a Elaboração de Projeto Técnico para o serviço principal FM, Projeto de um sistema do serviço auxiliar de radiodifusão (SARC) - LINK, Laudo de vistoria para licenciamento da emissora FM, Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - Serviço FM, Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - LINK, em atendimento as demandas relativas a instalação da Rádio Câmara de Desterro do Melo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Engenharia	22225	Serviço	01	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum de engenharia, tendo em vista que seu desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, através das especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo da vigência da contratação é a partir da data da recepção da Nota de Empenho até o dia 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21.

1.4. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

1.5. O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme a entrega dos serviços contratados, podendo ser dividido em 05 (cinco) parcelas, correspondente a entrega de:

1.5.1 Projeto técnico de instalação para o serviço principal FM;

1.5.2 Projeto de um sistema do serviço auxiliar de Radiodifusão (SARC) - LINK;

1.5.3 Laudo de vistoria para licenciamento da emissora FM;

1.5.4 Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - Serviço FM;

1.5.5 Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - LINK.

1.5.6. O CONTRATADO será exclusivamente responsável por todas as despesas incorridas em razão de deslocamentos, diárias e hospedagens necessárias para a execução dos serviços objeto deste contrato. Isso inclui, mas não se limita a, custos com transporte, acomodação e alimentação que se façam necessários durante o período de vigência do contrato.

1.6. O serviço dessa contratação deverá ser entregue até 90 dias da recepção da nota de empenho.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Tendo em vista a modificação do local da instalação da antena, bem como, declaração em anexo, feita pelo profissional qualificado contratado através do processo licitatório 10/2023, assim como o encerramento do mesmo, faz-se necessária a contratação de serviços de engenharia para:

Elaboração de Projeto Técnico para o serviço principal FM, Projeto de um sistema do serviço auxiliar de radiodifusão (SARC) - LINK, Laudo de vistoria para licenciamento da emissora FM, Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - Serviço FM, Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - LINK.

2.2. Registra-se que a Câmara Municipal de Desterro do Melo, não possui Plano de Contratações anual que balize a presente contratação e registra-se ainda, que não há regulamentação desta matéria neste órgão.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **3.1 PROJETO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DE UMA EMISSORA DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA:**

**3.1.1** Auto cadastramento no Sistema Mosaico da Anatel;

**3.1.2** Elaboração do PROJETO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO segundo as normas e características técnicas previstas no PBFM;

**3.1.3** Elaboração dos Formulários e seus preenchimentos conforme os padrões; **3.1.4** Elaboração das declarações a serem assinadas pelo representante da emissora, conforme as exigências legais e padrões do Poder Concedente;

**3.1.5** Preparação do documento Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, cujo boleto será encaminhado a emissora para quitação;

**3.1.6** Instrução do processo e protocolo para fins de análise para aprovação dos locais de instalação e utilização de equipamentos;

**3.1.7** Protocolo dos dados relativos ao Projeto Técnico de Instalação no Sistema Mosaico – Sistema Eletrônico da Anatel;

**3.1.8** Acompanhamento da tramitação do Processo junto a ANATEL.

### **3.2 - PROJETO DO SISTEMA DO SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO DE LIGAÇÃO PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS “SARC”:**

**3.2.1** Atualização do Sistema Eletrônico de Auto cadastramento.

**3.2.2** Projeto do Sistema “SARC”;

**3.2.3** Elaboração dos Formulários, seus preenchimentos conforme os padrões do MCTIC;

**3.2.4** Elaboração das declarações a serem assinadas pelo representante da Emissora, conforme as exigências legais;

**3.2.5** Instrução do processo e obtenção dos respectivos protocolos junto a Anatel;

**3.2.6** Registro do projeto junto ao CREA e encaminhamento do Boletim de ART a emissora para sua quitação;

**3.2.7** Acompanhamento do processo até sua aprovação na ANATEL;

### **3.3 -LAUDO DE VISTORIA PARA O LICENCIAMENTO DA EMISSORA:**

**3.3.1** Levantamento dos dados necessários à elaboração do Laudo de Licenciamento;

**3.3.2** Identificação da instalação da emissora com a Portaria que aprova os locais e utilização de equipamentos, obtendo assim a situação da emissora, simulando uma vistoria realizada pela ANATEL;

**3.3.3** Elaboração de relatório contendo a análise da vistoria realizada e sugestões para correções das irregularidades encontradas, se for o caso;

**3.3.4** Registro do Laudo de Vistoria junto ao CREA. O Boletim de ART será encaminhado a emissora para ser quitado;

**3.3.5** Cadastramento do Laudo de Vistoria no Sistema Eletrônico Mosaico da Anatel.

### **3.4 - LAUDOS DE IRRADIAÇÃO NÃO IONIZANTE – RESOLUÇÃO 700 – DO SERVIÇO PRINCIPAL & SARC - LINK:**

**3.4.1** Medição da exposição pela população em geral ou exposição não controlada: Cálculo da situação em que a população em geral possa ser exposta a CEMRF (Campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequência) ou situação em que pessoas possam ser expostas em consequência de seu trabalho, porém sem estarem cientes da exposição ou sem possibilidade de adotar medidas preventivas;

**3.4.2** Medição da exposição ocupacional ou exposição controlada: Cálculo da situação em que as pessoas são expostas a CEMRF em consequência de seu trabalho, desde que estejam cientes do potencial de exposição e possam exercer controle sobre sua permanência no local ou tomar medidas preventivas;

**3.4.3** Cálculo da densidade de radiação da estação: onde serão demonstradas as quantidades de Radiação não Ionizante no entorno da estação;

**3.4.4** Parecer conclusivo: onde será fornecido o laudo final de conformidade do sistema Calculado;

**3.4.5** ART: Anotação de Responsabilidade Técnica ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Serão encaminhados os boletins de ART para serem quitados pela emissora referente ao Serviço SARC e PRINCIPAL.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação desta prestação de serviços dar-se-á por meio de contrato ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a ser emitida em nome da empresa vencedora, discriminando cada serviço de fornecimento.
- 4.2. A contratação demanda que a empresa participante ao certame comprove regular inscrição perante ao CREA, comprovando também a existência de RT vinculado ao respectivo conselho de classe.
- 4.3. Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratada no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR).
- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.5. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Rotinas de Execução

- 5.1. Durante a vigência da contratação, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato, conforme Portaria nº 28, de setembro de 2023 e Portaria nº 33, de novembro de 2023.
- 5.2. O prazo de execução dos serviços começará a fluir a partir da recepção da nota de empenho por parte da licitante contratada.
- 5.3. Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:
- 5.3.1. Os serviços serão prestados parcialmente no escritório da Contratada.
- 5.4. Para a contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante o tempo estipulado para prestação dos serviços.
- 5.4.1. Se a CONTRATADA não fizer a comprovação referida no subitem anterior, poderá a ADMINISTRAÇÃO convocar outra LICITANTE, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, contratar outra empresa, sem prejuízo das sanções previstas em lei aplicáveis à CONTRATADA.
- 5.5. A comunicação entre as partes ocorrerá da seguinte forma:
- 5.5.1. Em caso de dúvidas, a CONTRATADA poderá entrar em contato com a gestão do Setor de Licitações pelo e-mail [licitacao.camaradesterrodomelo@gmail.com](mailto:licitacao.camaradesterrodomelo@gmail.com).
- 5.5.2. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução do serviço com impacto em prazos, custos ou qualidade do serviço a ser prestado, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pela CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério da CONTRATANTE, implicar na não aceitação das justificativas.
- 5.6. Tendo em vista as especificidades dos serviços relacionados ao objeto, a CONTRATADA, durante todo o tempo de vigência de contrato, realizará todas as suas atividades a partir de parâmetros de qualidade, de excelência, de competência, de agilidade e de transparência em todas as fases, e, para tanto, deverá:
- 5.6.1. Comunicar o CONTRATANTE, por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.6.2. Prover o CONTRATANTE das informações necessárias à adequada execução do objeto;

- 5.6.3. Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência nas dependências físicas do CONTRATANTE, quando necessária à execução do objeto;
- 5.6.4. Manter sigilo de todos os dados ou informações do CONTRATANTE, obtidos em função da execução do objeto;
- 5.6.5. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto;
- 5.6.6. Zelar para que todos os privilégios de acesso a sistema, dados ou informações do CONTRATANTE sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo período estritamente essencial a sua realização;
- 5.6.7. Atender às solicitações do CONTRATANTE referente a esclarecimentos técnicos ou qualquer outra informação necessária à adequada execução dos serviços;
- 5.6.8. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito funcionamento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executado, anteriormente, o procedimento pretendido e necessário.
- 5.7. A execução dos serviços a serem ofertados, na forma que segue:
- 5.7.1. Elaborar Projeto Técnico para o serviço principal FM;
- 5.7.2. Elaborar Projeto de um sistema do serviço auxiliar de radiodifusão (SARC) - LINK;
- 5.7.3. Expedir Laudo de vistoria para licenciamento da emissora FM;
- 5.7.4. Expedir Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - Serviço FM, e
- 5.7.5. Expedir Laudo de conformidade - Resolução 700 Anatel - LINK

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

#### Fiscalização

- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Administrativa

- 6.4. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria nº 18/2023 da Câmara Municipal de Desterro do Melo).

- 6.4.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### Gestor do Contrato

- 6.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria nº 18/2023 da Câmara Municipal de Desterro do Melo).

6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria nº 18/2023 da Câmara Municipal de Desterro do Melo).

6.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria nº 18/2023 da Câmara Municipal de Desterro do Melo).

6.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria nº 18/2023 da Câmara Municipal de Desterro do Melo).

6.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no plano de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.1. Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos documentações apresentadas, quando for o caso;

7.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.3.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

#### Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra Câmara Municipal de Desterro do Melo, CNPJ nº 26.113.837/0001-30, situada a Praça Carlos Jaime, 22, Centro, Desterro do Melo/MG, CEP:36.210-000.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC.

#### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

7.23. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art. 147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/2021.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos da Portaria 23/2023, expedida pelo Legislativo Municipal em 27 de agosto de 2023, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

8.22. Comprovar a regular inscrição perante ao CREA, bem como, a existência de RT vinculado ao respectivo conselho de classe.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 14.500,00

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais), conforme custo total constante na tabela do item 01.

## **10. Adequação orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Desterro do Melo, sendo a seguinte dotação do exercício de 2024.

**01.10.02.01.031.0101.2002.3.3.90.39.00**

**Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIA APARECIDA MEIRELES COELHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 30/04/2024 às 14:15:19.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - painel de precos engenharia.pdf (107.68 KB)

**Anexo I - painel de precos engenharia.pdf**



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 14.871,73**

MEDIANA

**R\$ 14.500,00**

MENOR

**R\$ 11.500**

#### FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Descrição UF  
**22225** **SERVICO ENGENHARIA** **MG**

Quantidade total de registros: 7

Registros apresentados: 1 a 7

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00019/2023	00012	Pregão	22225	SERVICO ENGENHARIA		SERVIÇO	1	R\$11500	FASE 3 ENGENHARIA LTDA	CONS. REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-MG	926094 - CONSELHO REG DOS CORRETORES DE IMOVEIS 4	26/07/2023
00010/2023	00001	Dispensa de Licitação	22225	SERVICO ENGENHARIA		UNIDADE	1	R\$12480	GMP ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	ESTADO DE MINAS GERAIS	929547 - CAMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO	15/09/2023
00195/2022	00007	Pregão	22225	SERVICO ENGENHARIA		UNIDADE	1	R\$12534,20	MULTCOM CONSTRUTORA LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	156654 - HOSPITAL DAS CLIN DA UNIV FED DE UBERLÂNDIA	08/05/2023
00301/2023	00002	Dispensa de Licitação	22225	SERVICO ENGENHARIA		UNIDADE	1	R\$14500	RICEL INSTALACOES ELETRICAS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	158137 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	16/03/2023
00096/2023	00001	Dispensa de Licitação	22225	SERVICO ENGENHARIA		UNIDADE	1	R\$17097,90	G.A. ENGENHARIA LTDA.	MINISTERIO DA FAZENDA	170094 - DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM VARGINHA/MG	20/12/2023
00024/2023	00001	Dispensa de Licitação	22225	SERVICO ENGENHARIA		UNIDADE	1	R\$17490	HC SOLUCOES ESTRUTURAIS LTDA.	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	156121 - IFNMG - CAMPUS DIAMANTINA	02/06/2023

00019/2023	00002	Pregão	22225	SERVICO ENGENHARIA		SERVIÇO	1	R\$18500	FASE 3 ENGENHARIA LTDA	CONS. REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-MG	926094 - CONSELHO REG DOS CORRETORES DE IMOVEIS 4	26/07/2023
------------	-------	--------	-------	--------------------	--	---------	---	----------	------------------------	--	---	------------